

GÊNERO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SALVADOR, BAHIA*

Rocío Castro**

RESUMO

No contexto da globalização e da Reforma do Estado, as comunidades, socialmente, têm recuperado protagonismo, mesmo que seja para tentar proporcionar o que os Estados-nação têm falhado em resolver, o que na América Latina poderíamos resumir nestas palavras: condições de cidadania. Com base neste pressuposto este trabalho analisa os conselhos municipais em Salvador (Bahia) como instrumento de desenvolvimento local implicado com a participação cidadã. Retomamos as teorias da Reforma do Estado à luz das teorias de gênero, onde a autonomia constitui-se como uma questão chave ainda não resolvida, e analisamos também a contribuição das mulheres para que os conselhos sejam espaços de construção da cidadania e de democracia participativa. A análise deste trabalho está baseada, fundamentalmente, nos depoimentos dos entrevistados, membros dos Conselhos de Saúde, Assistência Social, Educação, Emprego, Criança e Adolescente, e Conselho da Mulher, bem como nas observações de suas reuniões.

ABSTRACT

In the context of globalization and State reform, the communities, socially, have recovered protagonism, even to provide what nation-states have failed on providing, that in Latinoamerica we could resume on these words: conditions of citizenship. Based on this pressuposição, the article analyses the municipal councils in Salvador as an instrument of local development envolved with citizen participation. We retake the State reform theories brightened by the gender theories, where authonomy is a key question not resolved yet, and we also analyse women contribution to the construction of citizenship and participative democracy on the municipal councils. The analyse of this work is based basically on the interviewed declarations: members of the Health, Social Assitance, Education, Employment and Rent, Childand Adolescent, and Woman municipal councils, as well as meetings observations.

* Este trabalho contou com o apoio do CNPq e com a colaboração de Juvenilida Carvalho, Vitarque Lucas Coelho e Vinicius Rego.

** Pesquisadora Visitante vinculada ao NEPOL - Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais. NPGA/EA - UFBA. rocio@ufba.br

Os conselhos municipais, mecanismos institucionais de democratização e controle social, foram criados no Brasil a partir das constituições estaduais e das leis orgânicas municipais visando a participação, em parceria e paritária, do Estado junto à comunidade. Em teoria, seriam formados por cidadãos capazes de deliberar, normatizar, formular políticas públicas e criar mecanismos de controle sobre seu funcionamento e sobre como os recursos são repassados pelo governo. Como afirma Raichelis (1998:38), *"sua composição mista e paritária e a natureza deliberativa de suas funções...constituem uma das principais inovações democráticas no campo das políticas sociais no país"*.

Os conselhos municipais surgem dentro do contexto da reforma do Estado, onde se prevê que as prioridades na execução das políticas sociais, facilmente descentralizáveis (Roberts, 1997), fiquem em mãos dos municípios, com a participação direta da comunidade através de foros de debate. Não podemos, entretanto, esquecer que a forma de conselho resultou da pressão popular pela participação direta, frente às alternativas que os próprios relacionados sociais estavam oferecendo para resolver os problemas básicos relacionados a emprego, moradia, saúde e educação.

No Brasil, os movimentos sociais, sobretudo os urbanos, foram protagonistas de grandes mobilizações por direitos de cidadania durante a década dos 80. Mesmo que nos anos 90 tenham perdido sua força mobilizadora - Mary Castro (1998:28) fala da existência de uma *"crise do conceito essencialista do movimento social, com uma tendência a substituir o conceito de popular pelo de sociedade civil organizada"* - a chamada Constituição Cidadã de 1988 legitimou juridicamente grupos e instituições que possibilitaram pensar o exercício da cidadania coletivamente. *"Já não se trata apenas de reivindicar, ou pressionar, mas também fazer, propor e ter uma participação qualificada"*(Gonh, 1997:214).

Neste novo contexto ganham importância as ONGs e outras organizações do Terceiro Setor, porta-vozes da problemática social denunciada pelos movimentos sociais, por meio de políticas de parceria estruturadas com o poder público. Espelhadas nesta sociedade civil organizada, as organizações governamentais procuram uma nova aproximação para abordar a problemática social. Resultado desse processo, os conselhos municipais se convertem também em espaços de confluência das organizações públicas e as organizações privadas sem fins lucrativos que trabalham para o público. Fenômeno que dá uma nova dimensão à dicotomia público/privado, Estado/sociedade civil.

Neste trabalho, consideramos o desenvolvimento local integrado como resultado de todo este processo de participação cidadã, numa conformação de organizações sociais variadas que trabalham em rede, articulando-se nas três esferas - Estado, mercado e sociedade civil - e recolhendo a diversidade da sociedade.

Retomamos o desenvolvimento como resultado de uma distribuição da riqueza igualitária e equilibrada com nosso entorno, atacando as causas dos problemas que deterioram a qualidade de vida e impedem o exercício da cidadania para a maioria da população latino-americana: a desigualdade econômico-social e a devastação do meio ambiente.

Polemizamos sobre o poder local colocando como a sua questão chave, ainda não resolvida, a autonomia, tema central também no discurso feminista. À luz das teorias de gênero, refletimos sobre a complexidade destas questões assim como sobre a necessidade de análises interdisciplinares das políticas sociais, dado que as causas estruturais da problemática social estão muito interligadas.

A assistência aos outros é uma tarefa social e culturalmente atribuída às mulheres, fato que tem desenvolvido nelas uma maior preocupação pelas questões sociais. As mulheres foram as que ocuparam um protagonismo dentro dos movimentos populares urbanos, mobilizando-se por condições dignas de moradia, saúde educação e acesso aos serviços coletivos.

Mas este fato não significa uma confrontação com o poder patriarcal, nem sequer que as mulheres estejam livres dos condicionantes patrimonialistas, auto-

ritários e assistencialistas no momento de trabalhar para a elaboração, gestão ou implementação das políticas sociais. Também o aumento do número de mulheres nos órgãos participativos e de decisão não significa um avanço para a luta feminista, em termos de conquista de autonomia, nem uma melhoria para o coletivo feminino se os comportamentos continuam sendo regidos pela mentalidade patriarcal paternalista (Castro, 1997). Esta observação fica refletida na avaliação da participação das mulheres nos conselhos municipais.

Convidamos à reflexão sobre os desafios e obstáculos para o desenvolvimento das comunidades latino-americanas, ricas tanto na sua diversidade cultural como no seu poder organizativo, porém ainda dominadas pelo forte poder patrimonialista de herança colonialista, continuamente ignoradas por estratégias políticas que pretendem fazer do desenvolvimento local uma simulação dos processos ocidentais, e ameaçadas pela uniformidade imperante da globalização.

Frente a esta realidade, a maioria da população, com problemas para ser cidadã, tem dificuldades para se identificar com as instituições que supostamente a representam, quanto mais para participar delas. Porque, como lucidamente aponta Gonh, (1997:234) " *a cada onda de movimentos surgem uma série de leis e novos órgão públicos para cuidar da problemática. Mas a institucionalização jurídica - por suas características de rigidez, normatizações e tratamento supostamente igualitário - , não captando a especificidade dos problemas segundo as camadas sociais envolvidas, não tem resolvido os problemas e apenas contribui para aumentar a descrença popular no poder do Estado como instância supostamente promotora do bem comum. O que a cultura política latino-americana institucionalizou ao longo dos séculos foi a crença no poder dos canais e estruturas informais e uma descrença nas estruturas formais*".

Considerando que não pode existir participação cidadã se não se integram todas as vozes locais que de alguma forma estão oferecendo propostas de desenvolvimento para seus bairros e municípios, a metodologia deste trabalho está baseada fundamentalmente na análise dos depoimentos obtidos em entrevistas abertas e questionários aplicados aos membros dos conselhos de Saúde, Assistência Social, Educação, Emprego, Criança e Adolescente, e Conselho da Mulher, bem como em observações recolhidas em suas reuniões.

Como veremos, os depoimentos revelam uma consciência tanto da problemática social como das dificuldades para a participação cidadã em Salvador, fato que precisa ser considerado na hora de se elaborar políticas sociais para o desenvolvimento local. Não é o caso que os habitantes de Salvador ignorem sua realidade; o que acontece é que esta realidade é ignorada, incompreendida ou mal interpretada pelo poder público.

Por último, temos que considerar que a pesquisa foi realizada no período de agosto a outubro de 1998, e, dado o processo incipiente no qual encontravam-se a maioria dos conselhos, mudanças importantes podem ter acontecido desde então. Estas mudanças seriam interessantes de detectar numa futura pesquisa que possa dar conta da continuidade do processo participativo dos conselhos em Salvador.

OS CONSELHOS MUNICIPAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO NA TEORIA: IDEAL DE CIDADANIA E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Os **conselhos municipais** surgem no Brasil como conseqüência do poder outorgado aos municípios no processo de **descentralização** que se inicia a partir da Constituição de 1988. Este processo incentiva a criação de parcerias sociedade civil-Estado mediante canais e foros de debate definidos como paritários,

no sentido de assegurar a participação da comunidade com equidade em relação às forças governamentais no desenvolvimento de políticas sociais que visem a problemática e as necessidades locais, ou seja, das comunidades que integram o município.

Para entender o papel, de fato ou potencial, dos conselhos municipais no desenvolvimento local, é preciso delimitar o marco de desenvolvimento com que estamos trabalhando, e especificar o contexto em que se dá, que é o contexto da descentralização administrativa do Estado.

O conceito de **desenvolvimento** (Lenin foi um dos primeiros a usar essa palavra), inicialmente serviu para designar um projeto destinado a transformar o processo de industrialização em um projeto planejado, e não foi relacionado com bem-estar até depois da II Guerra Mundial. Contrapôs-se ao termo subdesenvolvimento, formulado por Truman (em 1949) como uma questão de grau e tempo que poderia ser superada através da correta intervenção do exterior (R. Perez, 1998), ou seja, do mundo desenvolvido.

A teoria da dependência elaborada pelos pesquisadores da CEPAL demonstraram que a solução para o subdesenvolvimento não era a "repartição do bolo" quando este fosse suficiente para todos, já que os países periféricos, ou países subdesenvolvidos, estavam sujeitos a uma economia que dependia do centro, ou seja, dos países desenvolvidos, o que criava diferenças qualitativas entre estruturas subdesenvolvidas e desenvolvidas. O subdesenvolvimento, então, passava a ser interpretado como "*uma conformação social que é confundida com atraso e pobreza*" (Furtado, 1998:14), mas que, na realidade, é fruto das "*limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial*" (Furtado, 1998:48). Como bem fala Eduardo Galeano (1999), o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas sua conseqüência.

Na "ECO 92", no Rio de Janeiro, constatou-se que já não é mais sustentável um desenvolvimento que tem sido tão devastador para com o ser humano e com a natureza, como tem sido o desenvolvimento entendido só como crescimento econômico e dirigido pelos centros capitalistas. Então se definiu o conceito de **desenvolvimento sustentável**, como "*um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem minorar a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades*" (em Birgin, 1992: 1).

O novo desenvolvimento se pretende como um processo que visa a uma distribuição mais igualitária e menos devastadora dos recursos de nosso planeta. Conseqüentemente um repensar a relação Centro-Periferia, ou Norte-Sul, e inclusive a relação homens-mulheres. No informe que a CEPAL elaborou juntamente com a Divisão de Meio Ambiente e Assentamentos Humanos declara-se que "*o fato de que quase a metade da população da América Latina e o Caribe continua vivendo em estado de extrema pobreza é o maior obstáculo para o desenvolvimento sustentável*" (em Birgin, 1992:3).

No contexto da globalização, fala-se de "desenvolvimento sustentável e meio ambiente" como potencialização dos recursos humanos para o uso dos recursos locais, que vise a qualidade de vida e a preservação dos ecossistemas; também fala-se de "desenvolvimento humano" como ampliação de oportunidades para o ser humano com uma consciência de respeito à pluralidade que privilegie as questões étnicas e de gênero.

O tão propagado **Desenvolvimento Local**, enquanto estratégia de desenvolvimento a partir do local por ser este o marco onde melhor se podem apreciar as reais necessidades, surge no contexto da municipalização que por sua vez se deriva de um processo maior, o macro-processo: a **descentralização** da administração dos Estados modernos.

Se sabe, e têm-se escrito muito sobre o tema, que os Estados modernos são demasiadamente grandes e pouco eficientes para administrar as necessidades tanto econômicas como sociais das comunidades que fazem parte das nações que governam. Frente a essa realidade, existe um consenso geral da necessidade

de descentralização administrativa do Estado, dando maior poder de autonomia aos municípios para gerir suas realidades locais.

Na realidade, as políticas públicas, formuladas e executadas pelos próprios municípios, têm a possibilidade de serem mais adequadas às necessidades e diversidades da população local, assim como também melhor controladas e avaliadas pela sociedade local. Nesse sentido se fala de **desenvolvimento local**, ao colocar a comunidade, representada pelo município, como protagonista e definidora do seu próprio desenvolvimento.

O Conselho da Comunidade Solidária (programa social do governo de Fernando Henrique Cardoso) optou pela expressão "**Desenvolvimento Local Integrado**" considerando que há um consenso "*sobre a necessidade de integração das ações e de todos os fatores que convergem no desenvolvimento local para que ele dê frutos esperados*" (Oitava Rodada de Interlocação Política, 1998). Mas, para o Comunidade Solidária o termo "integrado" não invalida o termo sustentável, considerando que podem ser indistintamente utilizadas ambas as denominações.

A Constituição de 1988 avançou no processo de descentralização e municipalização também ao visar a necessidade de considerar as políticas sociais de forma integrada para garantir a cidadania plena. Cidadãos seriam os sujeitos com responsabilidades e direitos que possibilitem sua integração de forma plena em suas comunidades e na vida social como um todo. Ou seja, para poder exercer sua cidadania, os sujeitos precisam de igualdade de direitos basicamente quanto a saúde, educação e emprego, os principais fatores que possibilitam uma qualidade de vida.

A Constituição de 1988 tem relevância para o Brasil precisamente por recolher a dimensão social e considerar os direitos sociais de forma integrada, como direitos dos cidadãos e dever do Estado. Por isso passou a ser conhecida como a "**constituição cidadã**" e, como aponta Jovchelovitch (1997: 89), "*é uma constituição eminentemente municipalista, descentralizadora, concebida para transferir responsabilidades. Pela primeira vez no Brasil, o município é reconhecido como ente de federação*".

O Desenvolvimento Local integrado precisa de protagonistas cidadãos que possam efetivar a **passagem de uma democracia representativa a uma participativa** que, em palavras de Ladislau Dowbor (1996:27), "*é mais firme que o equilíbrio precário centrado apenas em partidos políticos....As administrações locais devem criar foros de elaboração de consensos em torno dos problemas-chave do desenvolvimento, incluindo nestes foros representações das empresas, dos sindicatos, das organizações comunitárias, das ONGs, das instituições de pesquisa, dos diversos níveis de administração pública presentes no município, de forma a assegurar que a gestão se torne mais participativa*". Tudo isso perseguindo o que tem sentido em última instância: a Felicidade Interna Bruta (FIB) - qualidade de vida, harmonia social e riqueza de convívio - que seria consequência do Desenvolvimento Local e que Dowbor contrapõe ao PIB, consequência do desenvolvimento entendido só como crescimento econômico.

Os conselhos municipais se constituem potencialmente como órgãos paritários, foros de elaboração de consensos em torno dos problemas locais e autênticos canais de participação cidadã. Mas como instâncias que surgem no contexto da reforma do Estado, ou seja, por iniciativa do próprio Estado, e dada a natureza dos Estados latino-americanos, podem ser confundidos como espaços de concessão: espaços outorgados pelo poder governamental para homologar suas políticas, e, assim, preservar "seu patrimônio". Seja esse o caso, eles não seriam espaços de cidadania para o desenvolvimento local integrado. Por isso é preciso considerar as dificuldades com que os conselhos se deparam para desempenhar um autêntico papel de democracia participativa, cidadania e desenvolvimento local integrado.

NA PRÁTICA: CHOQUE COM O PATRIMONIALISMO, A GLOBALIZAÇÃO E A EXCLUSÃO

A realidade histórico-política da sociedade brasileira impossibilita, em muitos casos, a participação democrática dos brasileiros como cidadãos. Segundo Luciano Fedozzi (1997:21), *"o cunho patrimonialista caracterizado do Estado Brasileiro, permeado pelo 'jeitinho' como um traço de identidade nacional que se encontra presente nas interações políticas entre governantes e governados e em todos os níveis sociais e instituições da sociedade, impõe sérios obstáculos estruturais a cidadania"*.

Em que implica esse cunho patrimonialista caracterizador do Estado Brasileiro? A sociedade brasileira surgiu de um sistema colonial, cujo centro foi a Bahia e sua capital Salvador, onde as terras eram patrimônio dos senhores e trabalhadas pelos escravos. A sociedade colonial não estava formada por cidadãos com direitos e deveres, mas por senhores com todos os direitos e escravos com todos os deveres. Os escravos, se eram beneficiados em algo, eram graças aos favores concedidos pelos senhores através das relações "cordiais" que tanto caracterizam a sociedade brasileira.

É claro que a relação entre o senhor, dono de todas as terras e todos os direitos, e os escravos, portadores de todos os deveres, era uma relação de autoritarismo, mesmo que estivesse amortizada pelo cordial. As marcas deste passado nos faz questionar muitas das passagens a que a cidade de Salvador vem se adaptando à modernidade.

O que significou todo o processo de democratização para sociedades de cunho tão patrimonialista, como são as sociedades latino-americanas em geral, e a baiana, muito em particular, por sua condição de ter sido berço do patrimonialismo construído com a maior exploração de mão-de-obra escrava das Américas? O processo de transição para a democracia na América Latina ficou estagnado na formalidade, na preocupação por desenvolver instituições democráticas em seu aspecto legal (Bareiro e Riquelme, 1997), ao mesmo tempo em que sua elite, herdeira dos senhores patrimonialistas, hoje na sua maioria dirigentes das novas instituições, tem desenvolvido habilidades para conservar os velhos privilégios de poder totalitário. Na Bahia este fato se evidencia muito claramente na relação sociedade civil-Estado.

Considerando que a eficiência de técnicas administrativas é função de seu significado cultural (Fonseca Rodriguez, 1998), deveríamos nos perguntar que significado cultural podem ter técnicas administrativas "importadas" (como a descentralização e o desenvolvimento local integrado) que implicam na participação de atores-cidadãos em Estados sem cidadãos, ou seja, em sociedades onde se decide sobre o público como se fosse uma extensão do privado; onde o privado é muito e está em mãos de poucos. Fonseca Rodriguez (1998) aponta que para que se possa construir instituições autenticamente democráticas é preciso se liberar da herança patrimonialista.

Quais se esperam que sejam os atores no desenvolvimento local integrado numa sociedade como a baiana que, sob novos formalismos democráticos, continua produzindo mais exclusão que cidadania e apresenta um dos índices mais altos de analfabetismo do país? Como assinala Fonseca Rodriguez (1998), a mais urgente das reformas, na verdade, não depende de recursos financeiros, mas de direito de cidadania garantido para toda a população.

Devemos, também, nos perguntar qual é o impacto da palavra cidadania, termo ocidental completamente incorporado na linguagem dos políticos brasileiros e na sociedade patrimonialista baiana. Todos falamos hoje de cidadania tanto quanto falamos de democracia e de participação.

Mas, como vimos, a herança patrimonialista tem logrado conviver em quase perfeita "harmonia" com as "fórmulas mágicas" importadas dos Estados mo-

ernos ocidentais, que além de serem democracia, cidadania, descentralização e desenvolvimento local, é poder aquisitivo, ou seja consumo. A própria ONU, em seus estudos sobre cidadania, utiliza como indicador o poder de compra (Martinelli, 1995).

Para a maioria da população, que aprende mais na televisão do que na escola, ser cidadão é ser consumidor. Essa maioria, também desempregada ou com baixo poder aquisitivo, realmente tem mais condição de ser delinqüente do que cidadão. Como afirma Campos (1997), a noção de exclusão ajuda a caracterizar a situação de não-cidadania em que se encontram milhares de brasileiros.

No mesmo contexto de simulacro de instituições democráticas dirigidas pela elite patrimonialista é que podem se abrir, e se abrem, espaços forjados de participação cidadã, como podem ser os conselhos municipais. A colocação de Pedro Demo (1994:69) a respeito é muito significativa:

"Inventam-se conselhos paritários, com membros comunitários e membros do governo, sem atentar para a farsa que isso encobre, a começar pelo paritário, porquanto não é, de modo algum, paritário o confronto entre dois lados (...) essa mistura serve para embolsar as lideranças comunitárias, tornadas já cúmplices (...) Conselhos podem ser idéia conveniente para tornar mais transparentes o processo decisório e alocações de recursos, mas facilmente induzem a farsa da paridade. O Estado tem sempre maior poder de fogo, dificilmente divide realmente decisões, e no fundo quer comparsas para dividir fracassos".

Em última instância, acima do Estado patrimonialista, os processos de descentralização e desenvolvimento local integrado na América Latina enfrentam um poder superior a eles: a economia globalizada. Os Estados, frente à transnacionalização da economia, são insignificantes para tomar decisões isoladas, e se vêem obrigados a assinar acordos multilaterais que comprometem as políticas nacionais. Isto repercute diretamente nas políticas sociais, cujos recursos tendem a ser os primeiros a serem cortados, frente à crise financeira e reajustes econômicos internacionais.

No fundo, as questões de descentralização, participação cidadã, desenvolvimento local e inclusive globalização têm a ver com as questões de poder e a sua tendência a se concentrar. Falamos do Estado como órgão de maior concentração de poder, mas atualmente não podemos falar que o poder do Estado tenha uma autonomia como há tempos teve. Com a transnacionalização da economia, a concentração do poder trespassou as fronteiras nacionais e parece ter se resumido ao Banco Mundial e o FMI.

O poder como status de domínio e suas relações têm constituído sempre objetos de estudo para as pesquisadoras feministas que atualmente estão oferecendo suas contribuições para as teorias da Reforma do Estado e do Desenvolvimento local à luz das teorias de gênero.

DESENVOLVIMENTO LOCAL, GÊNERO E PODER

Durante os primeiros vinte anos das Nações Unidas, os níveis de desenvolvimento foram medidos privilegiando os objetivos gerais quantitativos sem atentar muito para a mudança das estruturas políticas e econômicas. Isto resultou em um crescimento que não chegou aos setores mais pobres da população e gerou um grande contingente de excluídos. O mito do "progresso" e o otimismo evolutivo da época tiveram que se confrontar com a dura realidade do aumento da pobreza absoluta. As mulheres foram as mais afetadas (Birgin, 1992).

Após a celebração do Ano Internacional da Mulher, em 1975, é reconhecida a necessidade de estimular a integração plena das mulheres em favor do desenvolvimento, considerando-as como agentes importantes do processo de modernização e identificando-as como objetivo das políticas de desenvolvimento (Birgin, 1992).

Porém, os planos de incorporação das mulheres foram feitos com a mesma mentalidade do mito do progresso, um mito criado em organizações altamente masculinas e de cultura ocidental. O índice de natalidade em algumas países diminuiu, mas aumentou o número de famílias chefiadas por mulheres, que hoje deveriam ser alvo das políticas sociais por serem as mais pobres dentre as pobres.

Tomando consciência da problemática, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), recentemente, tem levantado uma campanha pelos direitos humanos das mulheres com o lema "Uma vida sem violência é um direito nosso", e junto com o Programa de Gestão Urbana para América Latina e o Caribe (PGU/CNUAH, HABITAT) tem convocado um concurso para premiar os municípios que tenham se destacado no reconhecimento e a defesa dos direitos das mulheres, adolescentes e meninas.

Esta preocupação com a violência padecida por mulheres mostra, obviamente, que a situação piorou para muitas delas, assim como o contingente dos excluídos aumentou junto com o crescimento econômico. Para não cometer os mesmos erros das políticas anteriores, urge analisar as causas estruturais destes fenômenos, aparentemente contraditórios, a partir de uma perspectiva livre da distorção patriarcal/ocidental da ideologia capitalista.

As políticas econômico-sociais para o desenvolvimento das mulheres foram criadas por homens integrados no sistema capitalista ocidental desconsiderando, por exemplo, que quem produz os alimentos de subsistência na África são fundamentalmente mulheres; que, na América Latina e no Caribe, a participação das mulheres na produção e comércio de alimentos nas zonas rurais se estima em torno de 50% da renda de suas famílias. Desconsideraram também a forma de gestão local não-ocidental, que obedece a tradições culturais na sua maioria desconhecidas pelo etnocentrismo ocidental.

Nas cidades latino-americanas, quem basicamente sustenta a população urbana frente à grande crise de emprego é o chamado setor informal, constituído em grande parte pelas mulheres. Muitas dessas são chefes de família. Também são as mães dos meninos que optaram pela rua como alternativa à desestruturação familiar e à violência doméstica. Daí a preocupação das Nações Unidas com a defesa dos direitos humanos das mulheres.

Em Salvador, 20% das famílias são chefiadas por mulheres e estas são, em 80% dos casos, as famílias das crianças e adolescentes em situação de rua (Castro, 1998). Não é casual que uma das preocupações do governo municipal tenha sido a criança e o adolescente.

A partir da década dos 70 é que as mulheres, através de sua participação maciça nos movimentos populares, têm colocado as questões sociais e de cidadania não só com discursos políticos, mas com a praxis: os comedores que alimentam a uma população desprotegida; as creches, escolas comunitárias, comitês de saúde e mutirões para a autoconstrução, atividades que suprem as deficiências das políticas estatais e municipais em educação e saúde e habitação (Castro, 1998).

O movimento feminista latino-americano, espelhado na ação do movimento de mulheres, tem desenvolvido uma longa trajetória na procura de uma definição da autonomia com respeito ao poder, majoritariamente expressado em termos masculinos e ocidentais. As feministas sempre têm presente a questão do **poder**. De igual forma, Nunez (1996:36) questiona como "*defensores tão intransigentes da descentralização eludem sistematicamente o tema do poder*".

Segundo colocação muito significativa de Nunez (1996:33), "*o poder local comparece, de forma geral, na teoria moderna, ou como um poder atávico ou como esfera meramente administrativa*". Para ele, o poder local que tem a ver com um desenvolvimento real para a população, e que significa qualidade de vida para os moradores do município, precisaria não só de uma descentralização administrativa, mas também de uma descentralização do poder, já que o Estado, como afirmamos, continua sendo a instituição com maior concentração de poder. Nesse senti-

do, apresenta uma concepção de poder local que se assemelha com a autonomia comunal de Bakunin, orientada para a dissolução do aparato repressor do Estado. Poder local entendido como autonomia comunal, na maioria dos casos, opõe-se ao poder municipal, à partir do momento em que o município não deixa de ser um órgão espelhado no Estado.

Na mesma linha, Carlos Hugo (em Montañó, 1997) faz uma diferenciação entre governo municipal e local.. Segundo Hugo, **a categoria de governo municipal é a categoria pública, criada pela Constituição para efeitos da administração dos recursos públicos, e a categoria governo local é o governo da comunidade.** Governo local deve ser entendido como governo da comunidade pois, em definitivo, são as comunidades, onde temos nascido, os geradores mais potentes de nossos compromissos morais (Offe, 1998) e sociais. Definição que coincide com a praxis das mulheres que gerem o local como prolongação do lar. O lar é em definitivo o mais local; o mais próximo às pessoas, é o ninho das condutas morais com que estabelecemos os compromissos sociais.

A partir dessa diferenciação entre governo local e governo municipal pode-se criar instrumentos e canais para que o governo da comunidade possa se manifestar e interferir, para que o município administre os recursos públicos de acordo com as necessidades manifestadas. Só dessa forma se poderá dar um desenvolvimento definido pela própria comunidade. Só dessa forma a comunidade é protagonista de seu desenvolvimento. Só dessa forma o desenvolvimento local significa um processo de baixo para cima, como é definido.

Já analisamos como a autonomia municipal tanto pode servir para criar espaços democráticos como para reproduzir os velhos padrões do Estado patrimonialista (Fedozzi, 1997). O fato de criar entidades organizacionais para dividir as tarefas administrativas nada significa se a descentralização não está centrada no cidadão, aproximando-o do Estado (Silva, 1994). Em última instância, a adequação da descentralização ao desenvolvimento local vai depender de para quem está trabalhando o município, se para a população do território que delimita ou para o poder que o conforma.

Exemplo de autonomia municipal gestionada localmente por mulheres são: a comunidade de Villa Salvador, criada na década dos 70 sobre um terreno semidesértico nas proximidades de Lima (Peru), com comedores populares, serviços de distribuição de leite, 26 escolas comunitárias, centros de saúde e planejamento familiar, centros de educação para a mulher, oficinas de confecção para gerar emprego, plantação de árvores e atividades agropecuárias como hortas e criação de animais para o autoconsumo; e a Lei do Tempo das feministas italianas, aplicada num município com o objetivo de distribuir o espaço e o tempo para que as cidades contemplem as necessidades das mulheres, facilitem sua dupla jornada e os homens se responsabilizem pelas tarefas domésticas e o cuidado dos filhos (Castro, 1998).

Na definição do poder local existe outra dificuldade que se deriva da autonomia ou não-autonomia com respeito ao regional e nacional e se aprofunda quando referido ao global. Exemplo claro dessa dificuldade, e do peso dos fatores políticos e econômicos nos processo de descentralização é a cidade de **Salvador**, que **não se beneficiou da descentralização por conta de sua dependência do governo do Estado e das empreiteiras** (Souza, 1996).

A real participação desde a base implica, além de uma descentralização do poder, em uma priorização da **cultura local**, já que sem significação cultural a descentralização é ineficiente; em definitivo, a cultura local é a que sustenta o poder local.

Salvador oferece uma peculiaridade em sua cultura relevante para o estudo do gênero no desenvolvimento local: as redes sociais mais fortes de sociedade baiana estão determinadas pelos laços de coesão mantidos por mulheres (mães de santo) através das **organizações religiosas do candomblé**. Daí que com fre-

quência se fale da cultura afro-baiana como uma cultura "matriarcal" (Castro, 1996). Resta ver como esse mito do matriarcado influi na participação das mulheres nas organizações locais - é nesse sentido que estudamos o papel das mulheres nos conselhos municipais.

Mas, mesmo que as mulheres, culturalmente mais próximas ao cotidiano, tenham sido impulsionadoras de mobilizações participativas de gestão local, como foi mencionado, disto não podemos derivar que uma vez alcançado o poder estejam livres do autoritarismo e patrimonialismo culturalmente atribuído aos homens.

Segundo aponta Gallizo (1995), o aumento da participação das mulheres nos cargos políticos durante os anos 90 não significou um avanço para o feminismo espanhol, porque os costumes, as formas e a identidade da ação política continuam se baseando em fundamentos masculinos.

No caso latino-americano, temos que acrescentar o patrimonialismo herdado da época colonial, que fica manifesto de forma complexa entre a classe elitista, para a qual o acesso aos cargos de poder é mais fácil, independentemente das discriminações de gênero.

Por um outro lado, Alcántara Costa (em Castro, 1998) observa na política brasileira, e mais freqüentemente nos municípios do Nordeste, que as mulheres que ocupam cargos diretos costumam ser esposas, filhas ou irmãs de políticos pertencentes a famílias influentes na região. Fato que em nenhum momento favorece a luta feminista, muito pelo contrário, perpetua atitudes patrimonialistas.

No caso de Salvador a complexidade é ainda maior, porque esta relação está também permeada pelas questões raciais. Como estudou Luiza Bairros (1987), na Bahia a ascensão laboral é muito mais díspar entre mulheres brancas e negras que entre homens e mulheres brancos. Isto significa que numa cidade com 80% da população negra, as mulheres brancas pertencentes à classe elitista têm que lutar com um nível de competitividade mais baixo que em muitos outros lugares para ascender aos cargos de poder.

A PROBLEMÁTICA SOCIAL DE SALVADOR (SEGUNDO OS CONSELHEIROS MUNICIPAIS)

É claro que para poder trabalhar na gestão de políticas sociais através de órgãos colegiados, com representação paritária da sociedade civil e do Estado, e em função das necessidades locais, como prega o desenvolvimento local, é preciso um conhecimento das problemáticas sociais locais e suas causas estruturais. As políticas públicas resultam ineficazes quando não são referenciadas ao local e ao estrutural. Este parece ser o maior problema da cidade de Salvador, onde o municipal é gerido como um prolongamento do estadual e o local, como autonomia das comunidades, é ignorado. Segundo declarações do ex-presidente do Conselho de Saúde, representante do governo da gestão anterior:

- *"Salvador é o pior exemplo de perda da autonomia municipal e isso se explica pela sua história... Os cidadãos não conseguem distinguir quais são as ações do governo municipal das do governo estadual, parece que tudo é uma coisa só. Como se a cidade fosse Estado e o Estado fosse cidade... não conhecemos até onde vai o poder e ação da prefeitura e do Estado. E essas coisas causam uma confusão grande na cabeça das pessoas. E isso se reflete no dia a dia de uma secretaria de saúde, de um conselho de saúde. Você está lidando com relações de poder todo dia, se não, não é conselho, não é órgão deliberativo, é órgão técnico" (Entrevista 11).*

Esta observação é confirmada pela política estadual dos últimos 10 anos, cuja preocupação fundamental tem sido fazer de Salvador a cidade para o turis-

mo, o palco do folclore nacional, valorizando os espaços públicos como uma estratégia de marketing turístico, em detrimento das reais necessidades e prioridades da população (Serpa, 1999). Política que tem conduzido ao desenvolvimento de ações que dificultam, mais que desenvolvem, os processos democráticos e de construção da cidadania:

- *"O governo municipal de Salvador tem desenvolvido uma política de xerifar, de agir com violência contra os setores mais pobres da população. Este governo opera em benefício das construtoras, do grande empresariado e não em benefício dos setores mais pobres da população, dos desempregados. Se a gente verificar a maneira como as praças são limpas em Salvador, você vai encontrar algumas sendo limpas por robôs... não há uma política de emprego"*(entrevista 10).

A reconstrução das praças e espaços públicos do centro de Salvador tem sido acompanhada pela "limpeza" das ruas em suas imediações, retirando-se baracas e "camelôs" que nelas acharam seu meio de sobrevivência. Do mesmo jeito que a recuperação do Centro Histórico significou a expulsão de muitos de seus moradores, para deixar muitas das casas "pintadinhas", porém fechadas. O governo de Salvador até agora não tem elaborado políticas públicas de moradia e emprego, que ofereçam alternativas dignas ao contingente, cada vez maior, de seus excluídos.

Inclusive a Comissão de Emprego de Salvador, atrelada ao Estado, tem dificuldades para desenvolver políticas de emprego que atendam às demandas verdadeiramente locais. Fica limitada pela visão estadual da Bahia como pólo petroquímico e industrial-turístico e esquece a realidade empregatícia dos soteropolitanos (de Salvador) . Um dos membros da Comissão, representante da CUT, explica que:

- *"Segundo pesquisa da PED, a principal categoria de trabalhadores da cidade é composta por empregados doméstico;, o emprego industrial aparece no 12 lugar. A segunda categoria, economia informal (ambulantes). Salvador tem uma taxa de desemprego atual que gira em torno de 25% da população economicamente ativa. O processo de desemprego tem implicações no processo de marginalidade de parcelas importantes da população, de violência e criminalidade"* (entrevista 10).

Ambos setores, doméstico e informal, apesar de serem as principais categorias de trabalhadores da cidade, não estão representados na Comissão de Emprego, o que reflete também a onipresença da política estadual no governo municipal de Salvador. Como consequência da falta de política de emprego, os problemas de infra-estrutura, saúde e violência, ao mesmo tempo, derivam-se da situação de precariedade a que ainda está submetida a maioria da população:

- *"O principal problema de saúde em Salvador é saneamento básico...a violência, agressão física...Salvador é uma cidade que cresce muito, então a maternidade é muito difícil, a mulher que está na periferia dificilmente faz um pré-natal...o número de crianças mortas em Salvador, nascidas mortas e antes de fazer um ano é muito alto, mortalidade infantil e materna também"* (entrevista 12).

Outro exemplo claro da falta de autonomia de Salvador é a política educativa. Segundo argumenta o ex-governador Paulo Souto em um artigo publicado na Gazeta da Bahia (14/12/98) e intitulado "Boas notícias sobre educação na Bahia", entre 1992-1996, período em que o Estado da Bahia estava governado por Antônio Carlos Magalhães e por ele mesmo, a taxa de analfabetismo no Estado caiu de 31,1% para 22,6%. Continuando com seu otimismo, alega que o número de matriculados em 1998 aumentou em 15,44 % , frente aos 4,7% do Brasil.

Nesse mesmo período o município de Salvador estava sob a gestão de Lídice Da Matta, que representava oposição ao governo estadual. Segundo dados fornecidos pela própria Secretaria de Educação, a realidade educativa da cidade era

bem diferente: em 1996, só aprovaram 47% dos estudantes, 94% apresentam distorção idade/série, 13% evadiram, 10% não freqüentaram a escola e 21% foram reprovados, sendo que 44% de matrículas efetivadas foram desaproveitadas, o que invalida o aumento de matriculados como indicador educativo. A educação não consiste em matricular, mas em formar cidadãos com conhecimento e opiniões próprias sobre sua realidade e seu entorno.

Paradoxalmente, o conselho de Educação ficou quase desativado na gestão do governo anterior. A atual presidenta do conselho, também secretária de Educação, reconheceu, ao falar do melhoramento no funcionamento atual do conselho, a facilidade de gestão quando existem afinidades partidárias entre política municipal e estadual.

No que diz respeito à política voltada para a criança e adolescência, Salvador se constituiu em cidade pioneira no enfrentamento desta problemática, com a ONG Projeto Axé. O governo municipal anterior adotou sua pedagogia para criar um projeto governamental, que hoje se transformou na "Fundação Cidade Mãe". O governo municipal atual, não só se orgulha da Fundação, como também está criando um projeto similar chamado "Nossos Filhos".

Segundo a crítica que faz um dos membros do Conselho da Criança e Adolescente, representante das Escolas comunitárias, há uma incapacidade, uma falta de vontade de que estes projetos trabalhem com as causas estruturais:

- *"Estamos numa cidade cheia de problemas com adolescentes cada dia crescendo mais no mundo de crianças indefesas, abandonadas, marginalizadas, e não há uma discussão sobre isso (...) Muitos deles têm família, mas quando você pergunta porque saíram de casa, respondem que é pela situação de miséria e fome, o barraco, o convívio com os ratos, a água invadindo a casa, o pai desempregado e a mãe criando sozinha 5 ou 6 filhos (...) Então, como é que pode fazer recuperação disso? Tem que atacar a raiz. Isso não se discute (...), ninguém ataca a causa porque ninguém quer saber da família do menino"(entrevista 7).*

A realidade é que, junto com os programas para crianças e adolescentes, têm consideravelmente aumentado os meninos nas ruas da cidade. São provenientes de famílias desestruturadas, desempregadas, em 80% dos casos chefiadas por mulheres que conseguem sobreviver do trabalho doméstico, quando tem, e que com freqüência são vítimas da violência doméstica (Castro, 1998).

Falta de alternativas de emprego, educação deficiente, quando não inexistente, famílias desestruturadas pela pobreza, cada vez mais chefiadas por mulheres, incapacidade para seguir um planejamento familiar, meninos que crescem sem nenhuma condição de estruturação nem por parte da família nem da escola; sem a alimentação básica e sem saúde, crianças e adolescentes que optam pela rua e nela canalizam suas frustrações e repulsões; violência e insegurança cidadã etc. São todos problemas intimamente relacionados, que se derivam uns dos outros, e que influenciam uns aos outros.

Todos estes problemas, abordados normalmente de forma isolada, formam parte de igual modo da complexidade da problemática social de Salvador. São as preocupações do "cidadão a pé", que em Salvador não é cidadão. As soluções não podem vir de fora, nem se pode pretender construir a cidade que o governo acredita que lá fora querem visitar. O crescente contingente de excluídos não pode ser banido totalmente, aniquilado de vez, e o turista não quer visitar uma cidade em "estado de sítio".

Assim, as soluções devem surgir dos próprios moradores, através de suas organizações e de suas negociações com o município, para que este esteja a seu serviço. Soluções locais para problemas locais. Resulta desta afirmativa a importância que este trabalho dedica ao estudo do funcionamento dos conselhos municipais como canais de participação cidadã.

A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SALVADOR (SEGUNDO SEUS MEMBROS)

Os dirigentes entrevistados concordam em definir os conselhos municipais como instâncias fundamentalmente deliberativas e relevantes para a democracia participativa, enquanto espaços de debate, formação de opiniões e controle sobre políticas públicas:

- "A função mais importante do Conselho é possibilitar o processo democrático de trabalho e que as decisões sejam colegiadas, resultante de uma ampla discussão e amadurecimento...decidir sozinho de forma autoritária não tem como responder a essa complexidade que é a administração pública...as grandes políticas são decididas colegiadamente"(entrevista 8).
- "O conselho é uma instância de conscientização, que deve ter condições de informar sobre os problemas, para dar respostas fortalecedoras... espaço formador de opiniões, de organização de serviços e controle" (entrevista 2).

Conseqüentemente, a preocupação pela formação dos conselheiros, com respeito ao conhecimento das leis que regem as políticas públicas, aos regimentos da cada conselho e como lidar com o poder governamental tem se manifestado constantemente ao longo do trabalho de campo.

A necessidade de formação dos conselheiros detectada nas entrevistas significa que a clareza sobre as funções dos conselhos não é a mesma em todos os integrantes. Muito pelo contrário, a falta de conhecimento sobre o papel dos conselhos por parte dos conselheiros é apontada como uma das grandes dificuldades para seu bom funcionamento:

- "As duas grandes debilidades do conselho são: falta de formação do próprio conselho para conhecer qual o seu espaço de decisão e quais os instrumentos que tem para se valer; e o trabalho de interlocução junto a base" (entrevista 12).
- "Há dificuldades até de reconhecimento dos caminhos que estão abertos aos conselheiros ou ao conselho como um todo. Poucos conselheiros conhecem esses caminhos e se debatem com as administrações como se fossem embates sem saída, sendo que, no entanto, há saída (entrevista 11).
- "As pessoas não estão preparadas ainda, não têm uma função protagonista do processo" (entrevista 9).

Ao contrário das entrevistas, os questionários não refletem a imagem dos conselhos como espaços de debate. As funções atribuídas aos conselhos pelos conselheiros nos questionários foram fundamentalmente deliberar, acompanhar as políticas públicas, fiscalizar e encaminhar projetos. Funções que estão determinadas pelo processo burocrático tradicional para abordar as políticas sociais.

Segundo os dirigentes, boa parte dos conselheiros não se encontra envolvida com os trabalhos do conselho, comparecendo às reuniões apenas para constatar, ou por interesses corporativos. Mas existe um interesse de formar os conselheiros para atuar nos conselhos como espaço de debate para procurar o coletivo, como evidencia o fato de serem as atividades de formação (palestras, seminários talheres) as mais desenvolvidas pelos conselhos, segundo constatado nos questionários e nas reuniões.

De um lado, então, o despreparo da sociedade civil, diretamente relacionado com a falta de incentivos para participar e com a insegurança para atuar com o protagonista, é uma das dificuldades para fazer dos conselhos autênticos espaços de debate. Por outro lado, a partir do momento em que foram implantados como parte dos processos de descentralização administrativa do Estado, eviden-

temente que as dificuldades para conformar os conselhos em espaço de debate criadores de opiniões continuam sendo as pertinentes a um governo ainda preso à forte tradição burocrata, autoritária e patrimonialista:

- *"Existe uma questão cultural, aqui nós temos a prática assistencialista, clientelista, então fica difícil desenvolver um trabalho baseado na gestão democrática, chegar a um consenso que englobe governantes e sociedade civil"* (entrevista 2).

As atitudes autoritárias da classe dirigente baiana inibem, muitas vezes inconscientemente, as possibilidades de iniciativas da sociedade civil. É claro que o Estado, que sempre levou a gestão das políticas públicas sozinho, tem a tendência a apresentar os projetos ao conselho já elaborados e assim buscar o consenso. Ação que, junto com uma sociedade fragilizada e despreparada para o confronto, reduz o papel do conselho a meramente homologador, como se tem acusado nas entrevistas:

- *"Pelo desvio do autoritarismo, e pela fragilidade da sociedade civil, muitos conselhos atuam apenas fazendo legitimação das propostas do governo"*(entrevista 5).

Os conselhos municipais são atrelados às respectivas secretarias municipais e, mesmo que paritários, é maior o peso do governo que da sociedade civil. O que significa que, além da predominância do autoritarismo que inibe a participação, os conselhos terminam padecendo, da mesma forma que todo órgão governamental, da carga burocrática que caracteriza as estruturas administrativas modernas:

- *"A tendência da administração pública é normativa, burocrática, o que significou para os conselhos a formação de entes também burocráticos, sem um papel crítico... Resolver o problema, pela criação de uma estrutura que só vai aprofundar o poço da burocracia, só vai marcar mais burocraticamente o desempenho do conselho, acho que não é a saída. A saída está no exercício de poder do conselheiro"*(entrevista 11).

Em alguns conselhos a sociedade civil optou pela vice-presidência, como estratégia para se ver livre para provocar, contestar e exigir, a grande maioria dos conselheiros preferem como presidente um membro da sociedade civil, segundo constatado nos questionários.

Dois são os conselhos presididos por membros da sociedade civil. O presidente do **Conselho de Saúde** que é representante da pastoral da Igreja, mas seu papel na reunião foi mais representativo que participativo; a direção e coordenação é conduzida pelo vice-presidente, membro também da sociedade civil, representante do sindicato. O conselho, paritário, está formado por um amplo número de membros (32), fato que, se por um lado alonga os processos decisórios, por outro enriquece os debates. Como afirma uma de seus membros, *"tomar decisões colegiadas com a participação de todos é um exercício complexo e inovador"* (entrevista 8).

Também o **Conselho de Assistência Social** está presidido por um membro da sociedade civil, presidente de uma ONG, que exerce um papel diretivo dentro do conselho, esforçando-se por fomentar o debate num ambiente ainda predominantemente assistencialista entre os 12 membros que o formam.

Um caso mais particular é o da **Comissão de Emprego e Renda**. Além de ser tripartite (governo, empregadores e empregados), não está atrelada à Secretaria municipal, mas ao Estado. Seu regimento estabeleceu a alternância de mandato. No mandato anterior, a presidência estava em mãos da sociedade civil, o mandato presente corresponde ao governo. Talvez por ser, entre todos os conselhos, o órgão com maior igualdade, enquanto capitação de seus membros, o papel do presidente não se sobressai, e todos os membros participam ativamente. Pelas reuniões observadas, podemos constatar que a Comissão está funcionando como autêntico espaço de debate e formador de opiniões.

O Conselho de Educação e o Conselho da Criança e Adolescente são exemplos do peso da carga patrimonialista e paternalista da cultura baiana.

O **Conselho de Educação** não é paritário e está formado por 9 membros, dos quais 5 são representantes do governo. Tanto a presidência como a vice-

presidência estão ocupadas pela secretária e a vice-secretária de Educação, sem serem eleitas. No mandato anterior, o número de membros era maior. A redução de membros, que excluiu os representantes dos estudantes e dos pais de estudantes, foi justificada argumentando-se a dificuldade de estabelecer consenso em conselhos com grande número de participantes. Segundo a entrevista com a vice-presidenta, e segundo observado nas reuniões, a função do conselho é a de homologar as políticas que vêm da Secretaria.

O **Conselho da Criança e do Adolescente** é paritário, está formado por 14 membros e presidido pelo secretário de Trabalho e Desenvolvimento (SETRADS). Debate-se entre o assistencialismo e o paternalismo, não conseguindo interferir na políticas sobre Criança e Adolescência. Não obstante, está criando espaços de formação que precisam ser impulsionados pela sociedade civil para que se convertam em espaços de debates com propostas resolutivas para a problemática de criança e adolescente em Salvador.

O **Conselho da Mulher** está formado por 23 membros, sendo só 5 representantes do governo. No obstante a maioria esmagadora da sociedade civil, a presidente é representante da Procuradoria Geral do Município. Ocupou o cargo não por desejo do coletivo, mas por ausência de candidatura, o que reflete a resistência da sociedade civil e das mulheres a ocupar cargos diretivos.

A falta de representatividade da sociedade civil não se deve só ao autoritarismo inibidor do Estado; evidencia, também, a necessidade de sua preparação para lidar com o poder governamental:

- *"O que eu preciso entender é como eu lido com o poder, eu preciso controlar o poder que a secretaria supostamente tem, e para isso eu tenho legislações"* (entrevista 12).
- *"O conselheiro deve ser uma pessoa que tenha uma visão global da própria secretaria e contribuir de uma forma que não se perca, que possa decidir(...). Como a administração pública é complexa e difícil, até a pessoa da sociedade civil ter uma prática disso não é fácil, a não ser que o dirigente tenha interesse, acredite nisso"* (entrevista 8).

Daí a importância de espaços de debate que desenvolvam a consciência cidadã entre a população tanto da sociedade civil, para que saiba praticar seus direitos de cidadania, como do governo, para que saiba respeitar esses direitos. Uma sociedade civil frágil, despreparada e fragmentada, como consequência do desconhecimento de seus direitos de cidadania, dificulta a democracia participativa e a legitimação dos conselhos como órgãos representantes desta democracia.

O ex-presidente do conselho de Saúde levantou a questão de integração dos conselhos da área de políticas sociais em um grande conselho que, sem dúvida, facilitaria a abordagem integrada das políticas sociais, conforme se contempla na Constituição:

- *"Sob o entendimento de que as questões de saúde são questões intimamente ligadas a todos os aspectos da vida (...) então, porque não, ao menos no contexto municipal, se pensar em conselhos de políticas sociais, de ações sociais, ou da área social?(...). Não só reforçaria a necessidade de atuação interdisciplinar, intersetorial, mas reforçaria este processo de participação social. Seria um conselho maior, mais estruturado, onde se concentraria recursos de maneira mais eficiente, com melhores resultados"* (entrevista 11).

A integração unificaria a definição de funções, o que evitaria a elaboração de regimentos contraditórios, como os de alguns conselhos pesquisados. Facilitaria também uma aproximação das questões sociais locais desde sua problemática estrutural, que está em muito relacionada com o processo histórico de cada município, de cada cidade. Como observamos na cidade de Salvador, suas problemáticas sociais obedecem a estruturas históricas e conjunturais específicas e seu conhecimento é necessário para a eficiência na elaboração das políticas sociais. Segundo questiona uma entrevistada, para que servem programas de geração de

emprego que doam carrinhos de cachorros quentes à famílias desempregadas dos meninos da rua, quando existe uma política municipal de retirar os vendedores da rua, que "enfeiam a cidade para o turismo"?

O último ponto a ser considerado neste trabalho, apesar de ser apontado pelos questionários e tendo sido principal motivo de debate nas reuniões, refere-se à falta de recursos. Representa outro dos principais problemas detectados tanto nas entrevistas como nos questionários; apela para a questão da autonomia dos conselhos com respeito ao poder municipal. Se na Reforma do Estado o que se pretende é que a sociedade civil se ocupe da gestão das políticas sociais e que o papel do governo fique "reduzido" a repassar os recursos, o grande questionamento é como isto será realizado. Os recursos municipais de Salvador não estão chegando aos conselhos.

GÊNERO NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SALVADOR

Excetuando o Comitê de Emprego e Renda e o Conselho de Saúde, os conselhos municipais de Salvador são majoritariamente femininos. Porém, todos, exceto o Conselho de Educação, são presididos por homens.

Em todos os conselhos, exceto no Comitê de Emprego e Renda, a participação das mulheres como representantes do governo é igual ou superior a dos homens. Dado que confirma que as mulheres realmente têm conquistado postos de trabalho, inclusive lugares de poder, dentro das estruturas administrativas do Estado, como são as Secretarias das políticas sociais. Estes dados se fazem muito significativos no caso do Conselho de Saúde, onde, mesmo que seja minoritária a participação das mulheres (do total de 32 membros, 12 são mulheres), dos 8 representantes do governo, 5 são mulheres. No Conselho da Criança e do Adolescente, dos 7 membros representantes do governo, 5 são mulheres.

Se observarmos no quadro (assinalado em negrito), os conselhos que têm menos representação feminina são aqueles com uma visão mais participativa, enquanto os conselhos com uma presença feminina majoritária têm uma visão assistencialista e autoritária de seu funcionamento e na abordagem das políticas sociais.

GÊNERO NOS CONSELHOS MUNICIPAIS

	Saúde	Assistência Social	Emprego e Renda	Educação	Criança / Adolescente					
Paritário	Sim. Tripartite.	Sim. Bipartite.	Sim. Tripartite.	Não.	Sim. Bipartite.					
Membros / Mulheres	32 / 12	12 / 7	12 / 2	9 / 6	14 / 10					
Rep. Governo / Mulheres	8 / 5	6 / 3	4 / 1	5 / 4	7 / 5					
Presidente / Entidade	Homem / Soc. Civil	Homem / Soc. Civil	Homem / Governo	Mulher / Governo	Homem / Governo					
Visão	Participativa	Assistencialista	Participativa	Autoritária	Assistencialista					
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Governo	3	5	3	3	3	1	1	4	2	5
Soc. Civil	17	7	2	4	7	1	2	2	8	5

O Conselho de Educação e a Comissão de Emprego são casos paradoxais, como exemplos opostos, no estudo da relação gênero e participação cidadã.

O **Conselho de Educação**, majoritariamente feminino e o único presidido por uma mulher, é, não obstante, também o único não paritário e com a visão menos democrática sobre a participação cidadã, como já verificamos. Este fato nos remete à observação de Gallizo (op. cit.), segundo a qual o aumento das mulheres em cargos de poder não significa um avanço para as mulheres, se as mulheres continuam reproduzindo as relações de poder masculinas.

Se durante séculos as mulheres têm se ocupado tradicionalmente da assistência aos outros para que os homens pudessem ocupar trabalhos remunerados, é normal que a Comissão de Emprego e Renda tenha tão pouca representatividade feminina. Mesmo que a situação empregatícia das mulheres tenha mudado esmagadoramente durante este século, os homens continuam dirigindo a economia e a geração de empregos.

Já falamos que a **Comissão de Emprego** é um caso especial, por ela estar atrelada à Comissão de Emprego do Estado, embora em Salvador constitua um autêntico espaço de debate e exemplo de participação cidadã. Dos 12 membros, só 2 são mulheres, mas a Comissão é realmente coordenada com competência por uma delas, representante do governo, que afirma estar acostumada a trabalhar entre homens. Sua maior preocupação é fomentar o debate e a formação dos membros na consciência de que um dos principais problemas para a participação cidadã é a falta de protagonismo da sociedade civil.

O **Conselho da Criança e do Adolescente**, majoritariamente feminino, é presidido pelo Secretário da Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRADES). Com uma visão paternalista e assistencialista das políticas sociais, responde ao padrão descrito por Alcântara (em Castro, 1998) como predominante no Nordeste, onde as mulheres das famílias influentes são as que se ocupam predominantemente da "caridade". As 5 mulheres representantes do governo cumprem o papel de secundar as diretrizes que vêm da Secretaria e têm dificuldades em estabelecer debates entre o resto dos membros, sobretudo entre aqueles representantes de associações de bairro e escolas comunitárias, que têm uma visão progressista de como deveria ser abordada a problemática da criança e do adolescente na cidade.

O **Conselho de Assistência Social**, mesmo que seja majoritariamente feminino, tem uma composição de gênero mais equilibrada e está presidido por um homem, membro da sociedade civil. A visão assistencialista também é predominante, com a diferença de que são as três mulheres representantes do governo as que sentem a necessidade de mudar esse quadro. Contudo, resistem a ocupar um papel mais atuante no conselho, mesmo que o presidente esteja aberto a que isso aconteça.

Por último, um caso também muito especial é o do **Conselho da Mulher**. Obviamente encontra-se constituído só por mulheres, por isso que não está incluso no quadro e é analisado separadamente. Está formado por 23 membros, só 5 representantes das diferentes secretarias municipais; o resto, de coletivos feministas e organizações comunitárias. Como já mencionado, é presidido por uma representante do governo, devido à resistência das mulheres e da sociedade civil a ocupar cargos diretivos, a "ser protagonistas".

Pelo detectado nas entrevistas e as reuniões observadas, o Conselho da Mulher funciona como um coletivo reivindicativo. A visão do conselho como espaço para interferir nas políticas públicas não está integrada no grupo. Segundo declaração da própria presidenta, esta função é para ser executada pelo Conselho da Mulher Estadual; o municipal só acompanha.

Assim, as questões tratadas no Conselho da Mulher são a violência doméstica, um dos principais problema de gênero em Salvador, a prostituição, o aborto, e temas comuns aos coletivos feministas. As atividades se reduzem a encontros e seminários feministas, ficando o conselho recluso a seu próprio "gueto".

A análise da participação das mulheres nos conselhos faz-nos refletir sobre duas questões importantes: o impacto real dos movimentos sociais urbanos nos espaços criados juridicamente sob a sua pressão, e o fato de as organizações formais no Brasil estarem desacreditadas, como aponta Gohn.(op. cit.).

Existe uma grande contradição se considerarmos o protagonismo das mulheres nos movimentos sociais urbanos latino-americanos, que marcaram uma linha diferente de reflexão para o feminismo: os conselhos, mesmo sendo majoritariamente femininos, ainda estão profundamente marcados pelo cunho patrimonialista.

As mulheres foram protagonistas e lideranças de muitas ações voltadas para suas comunidades em mobilizações populares. Onde ficou aquela sua força impulsora de tantas iniciativas que promoveram alternativas de políticas públicas, frente à ineficiência das organizações formais ou governamentais, que significaram confrontos com o poder patriarcal estabelecido, inclusive posicionamentos radicais frente a seus próprios maridos?

Agora, com espaços legais para interferir juridicamente nas políticas públicas, a presença majoritária das mulheres nos conselhos municipais de Salvador não está sendo muito relevante para uma contribuição à mudança estrutural. Muito pelo contrário, com sua participação passiva estão perpetuando relações patrimonialistas e assistencialistas. As que são conscientes dessa realidade, porque participaram, e algumas ainda participam, de movimentos populares, estão se sentindo incapazes de se posicionar abertamente para mudar esse quadro.

Ainda segundo Gohn, a mobilização social decaiu precisamente quando saiu do marco da informalidade, pois ficou institucionalizada na cultura latino-americana a descrença popular no poder do Estado. Como afirmou um dos entrevistados, o Estado continua tendo mais peso que a sociedade civil nos conselhos. Prova disso é o Conselho de Educação, não paritário e por norma presidido pelo secretário, atualmente secretária, da Secretaria de Educação. Daí a dificuldade por parte da sociedade civil para visualizar os conselhos como espaços de participação cidadã.

Há outro fato que explica a persistência do cunho patrimonialista em conselhos inclusive liderados por mulheres. Como constatado por Alcántara (op. cit.), as mulheres na Bahia ocupam cargos diretivos mais facilmente quando aliadas ao poder vigente, seja por laços familiares, seja por adesão partidária. Segundo explicava abertamente a presidente do Conselho de Educação, o papel do conselho e da Secretaria é mais fácil desempenhar quando existe uma afinidade partidária com as autoridades municipais.

Para a maioria dos coletivos feministas continua sendo difícil se projetar mais além de suas próprias organizações. O Conselho da Mulher, formado na sua maioria por mulheres com trajetória de participação popular, não consegue dar o passo à ação e fica recluso na reivindicação, quando na realidade poderia fazer do conselho espaço de projeção para que a solução à problemática das mulheres esteja incluída nas agendas das políticas sociais, assim como para intervir na sua elaboração, incorporando a prática do movimento popular, onde as mulheres ofereceram soluções concretas à problemas concretos, gerindo as comunidades como uma prolongação do lar.

DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO

Os processos de descentralização e desenvolvimento local precisam demarcar, ou definir, sua autonomia em função da cultura local, autêntica geradora de nossos compromissos sociais. Nessa cultura local é também onde se desenvolvem os processos comunicativos dos que nos fala Habermas, segundo o qual "o

poder administrativo não é instrumento apropriado para a construção de formas de convivência democráticas. Elas só podem ser gessadas no âmbito dos processos comunicativos presentes nos diferentes níveis da vida social" (em Costa, 1997:132)

O que está em discussão quando se fala do desenvolvimento local integrado não são modalidades de planificação, mas a definição de um modelo de sociedade para o futuro integrado numa relação diferente com o local, com a sociedade, o Estado e o mercado. O que implica também uma relação diferente entre Norte e Sul, entre distintas culturas e entre homens e mulheres.

Os seres humanos, homens e mulheres, estão imersos em culturas diferentes. Mesmo que a cultura patriarcal-ocidental exerça um poder de conotação universal, ela se manifesta, e é assimilada, de forma diferente em diferentes contextos, em função das culturas locais.

A ineficiência de técnicas administrativas como as estratégias de descentralização e desenvolvimento local, que implicam na participação de atores-cidadãos, deve-se a carência de significado cultural que elas têm em Estados sem cidadãos (Fleury, 1997) - este é o caso de Salvador, onde não há a participação cidadã necessária ao desenvolvimento local.

Podemos dizer que, segundo constatado no universo de estudo sobre os conselhos municipais, Salvador é uma "cidade sem cidadãos" fundamentalmente por dois motivos: a herança patrimonialista e autoritária por parte do Estado; e a falta de exercício da cidadania, devido ao medo ou desconhecimento, por parte de sociedade civil. Neste contexto social, é difícil delimitar uma autonomia da comunidade com respeito ao poder do Estado para definir políticas por parte da sociedade civil, como se pretende no desenvolvimento local integrado.

A demarcação do municipal e do local em Salvador choca-se com duas grandes dificuldades. Por um lado, o local é confundido com o estadual pelas forças políticas atuais, que têm funcionado como uma extensão do patrimonialismo avalizada pela afinidade partidária. Por outro, o conceito de desenvolvimento local não deixa de ser um conceito ocidental importado, avalizado pela globalização.

O grande desafio para as sociedades latino-americanas em geral, e para a sociedade soteropolitana (de Salvador) em particular, é a definição de seu próprio desenvolvimento local que esteja integrado às realidades, necessidades e potencialidades locais e possa ser definido pelas suas comunidades.

Neste sentido, não podemos esquecer que as grandes cidades latino-americanas cresceram através dos processos de autogestão popular, através de organizações urbanas que ofereceram intervenções alternativas para um desenvolvimento local que então não se chamava de local, mas que era local. Os setores populares das cidades latino-americanas sempre praticaram o desenvolvimento local, entendido como poder da comunidade (veja-se o caso dos assentamentos espontâneos, comedores populares, as escolas e creches comunitárias, etc.).

O que os municípios precisam é intervir nos processos comunicativos com as comunidades, para saber realmente quais são as iniciativas locais de desenvolvimento que elas sempre estão oferecendo; trabalhar conjuntamente com elas na avaliação e gestão destas iniciativas. Pois, mesmo que os entrevistados tenham reconhecido a falta de consciência cidadã como um obstáculo para o desenvolvimento local integrado, os depoimentos também denotam uma capacidade crítica e consciência dos problemas locais de Salvador.

Os espaços abertos para a participação cidadã estão presentes, os conselhos são potencialmente espaços de debate e construção da cidadania em termos igualitários entre homens e mulheres. Resta à sociedade civil fazer bom uso deles, exercitando neles mesmos, e exigindo dos outros, uma mentalidade livre da distorção patriarcal, patrimonialista, autoritária e burocrática do Estado.

Este é o grande desafio, a construção de uma autonomia livre de todos os poderes atávicos. Sem se liberar destes poderes, os conselhos continuarão

reproduzindo as estruturas autoritárias e burocráticas do Estado centralizador, e as mulheres continuarão reproduzindo o poder despótico do patriarcado. Nesse sentido, talvez o que esteja faltando seja um desenvolvimento local no "local de cérebro", que faça realmente aflorar mentalidades novas para estruturas novas. O funcionamento dos conselhos em Salvador tem demonstrado que não adianta construir estruturas novas quando as mentalidades continuam antigas.

O grande questionamento é como construir uma sociedade civil que seja autônoma mas não desarticulada do Estado; um movimento feminista independente, mas que ao mesmo tempo não se constitua em um gueto e se apresente integrado aos processos de democracia participativa para a gestão das comunidades.

O grande desafio para o movimento feminista é precisamente, além de desconstruir o discurso do poder e construir a da autonomia, interferir na gestão político-administrativa, na elaboração das políticas sociais com programas concretos que mostrem a necessidade da perspectiva de gênero, a necessidade do reconhecimento e o respeito pela diferença, assim como a necessidade da igualdade de direitos, sem reproduzir os velhos padrões de dominação masculina. Fazer ao Estado e a suas organizações compreenderem que não podem gerir e administrar sem contar com a metade da população constituída por mulheres, nem desconsiderar as funções que estas cumprem.

A presença das mulheres na esfera do público tem aumentado consideravelmente em pouco tempo. As mulheres apresentam grandes responsabilidades no mundo da pós-modernidade, e não podem mais delegar os fracassos sociais ao poder patriarcal-patrimonialista quando são maioria na Educação. A educação é reconhecida por cientistas de todas as disciplinas como a chave do desenvolvimento das comunidades, os povos e as nações. As mulheres têm que estar alertas para não secundar, com discursos e práticas, as grandes contradições do capitalismo em assimilarem os velhos padrões de domínio para fazer crescer a economia sob modernas tecnologias e estabelecer uma nova ordem política com as mentalidades de sempre.

Os conselhos municipais vão se constituir em autênticos canais de participação cidadã, e assim contribuir para o desenvolvimento local integrado, se os governos municipais ocuparem seus lugares de administradores deixando a comunidade definir as prioridades em função das suas necessidades. Para isso os cidadãos, os dirigentes também, precisam exercer a cidadania, livrando-se das atitudes patrimonialista e autoritária por parte do Estado, e submissa, na procura de favores mais do que de direitos, por parte da sociedade civil.

A descentralização administrativa do Estado, para que resulte num desenvolvimento local integrado desde a base, precisa da descentralização do poder - que tanto tem lutado o feminismo. Sua experiência nesta luta pode ser seu maior aporte ao desenvolvimento local integrado, já que aponta para uma definição do local entendida como a praxis do movimento de mulheres faz: visando a gestão do município como uma prolongação da gestão do lar.

Resta a nós, sociedade civil, construir o desenvolvimento local que queremos, e sobretudo, resta às mulheres, maioria nas escolas, construir a educação - começando pela educação doméstica para com seus companheiros e próprios filhos - que se quer construir.

Uma educação, como dizia Paulo Freire, para a libertação e não para a submissão, é o instrumento que possibilitaria a erradicação do patrimonialismo e do poder autoritário. Uma educação para a realização e não o consumo e a frustração, seria a que construiria cidadãos. Uma educação que desconstrua o poder como imposição e autoridade, e construa o poder como possibilidade e oportunidade. Em definitivo, uma educação que aflore novas mentalidades é a que possibilitaria um desenvolvimento local construído por e para todos(as).

- BAIROS, Luiza (1987). "Pecados no Paraíso Racial: o Negro na Força de trabalho da Bahia. 1950-1980", tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais/UFBA, Salvador-Ba.
- BAREIRO E RIQUELME(1997). "Nuevas voceras de la ciudadanía plena" em *Os Procesos de reforma del Estado a la luz de las teorías de Género* (comp. Anderson y Falú).
- BIRGIN, Haydée(1992). "La Formulación del orden mundial: el lugar de las mujeres en las estrategias de desarrollo sustentable" *IX Jornada de investigación interdisciplinar sobre la mujer*, Universidad Autónoma de Madrid, 30 de maio.
- CACCIA BAVA, Sílvio (1996). *Desenvolvimento Local. Geração de emprego e renda*. São Paulo, Pólis.
- CAMPOS, Marta Silva (1997) "Democratização e Desigualdade Social no Brasil", *Serviço Social e Sociedade n. 57*, Cortez Ed. São Paulo.
- CASTRO, Mary (1998). "ONGs - quando o povo, poder e projetos fazem a diferença" em *Análise e Dados*, v. 7, n.4, SEI, Salvador.
- CASTRO, Rocío (1996). "El Movimiento Popular en Salvador de Bahia: un nuevo debate entre las relaciones de Género, Etnia y Clase", tese de doutorado apresentada na Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidad Complutense de Madrid, novembro.
- _____ (1998). "Gênero nas Organizações. Os casos do Projeto Axé e da Fundação cidade Mãe em Salvador", 22 Encontro Nacional de Pós-graduados em Administração, mimeo, Foz de Iguazú.
- COSTA, Sergio (1997) "Movimentos Sociais, Democratização e Construção de esferas públicas locais", *RBCS Vol. 12*, n35, São Paulo.
- COMUNIDADE SOLIDÁRIA (1998), Oitava Rodada de Interlocação Política. Documento Base para a XIX Reunião do Conselho da Comunidade Solidária. Brasília
- DEMO, Pedro (1994). *Política Social, educação e cidadania*. Papirus editora, Campinas.
- _____ (1994) *Cidadania Tutelada. Cidadania Assistida*. São Paulo.
- DIAS COELHO, Franklin, FONTES, Angela (1998). "Desenvolvimento Local e Sustentabilidade Institucional", *Fórum Nacional de Apoio ao DLI e Sustentável, Caderno Temático*, Brasília, 17 de março.
- DOWBOR, Ladislav (1996). A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento, BAVA, Sílvio Caccia (org.) ed. Polis, São Paulo.
- _____ (1996) "Governabilidade e Descentralização", em *O Novo Município. Economia política local, Perspectiva*, vol. 10, n3, SEADE, São Paulo.
- FEDOZZI, Luciano (1997) *O Orçamento participativo, reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*, Tomo Editorial, Porto Alegre.
- FLEURY, Sonia (1994). *Estados sem cidadãos. Seguridade Social na América Latina*. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro.
- FONSECA RODRIGUEZ, Indiana (1998). "Demandas Sociais e Reconstrução do Estado", *RSP*, ano 49, n.1, Escola Nacional de Administración Pública, Brasília.
- FURTADO, Celso (1998). *O Capitalismo Global*, Paz e Terra, São Paulo.
- GALEANO, Eduardo (1999). *Patás Arriba (La escuela del mundo al revés)*, ed. Siglo XXI, México.
- GALLIZO, Mercedes (1995). "Las mujeres y la política en los 90", em *Mujeres en acción*, n.12, Fundación Dolores Ibárruri, Madrid.
- GOHN, Maria da Glória (1997). *Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*, Edições Loyola, São Paulo, 1997.
- JOVCHELOVITCH, Marlova (1998). "O processo de descentralização e municipalização no Brasil. Serviço Social e Sociedade". *Assistência Social e Sociedade Civil*. São Paulo.

- MARTINELLI, Maria Lúcia (1995) "O Serviço Social na transição para o próximo milênio", *Serviço social e Sociedade* n. 57. Cortez Ed., São Paulo.
- MONTAÑO, Sonia (1997). "Mujer, cultura y poder local", em Anderson e Falu (org.) *Los procesos de Reforma del Estado a la luz de las teorías de Género*, Cuaderno del Centro Latinoamericano de Capacitación y Desarrollo de los Gobiernos Locales, IULA/CELCADEL, Quito.
- NUNES, Edison (1996). "Poder local, Descentralização e Democratização, um encontro difícil." Em *O Novo Município. Economia Política local*. Perspectiva, vol. 10, n3, SEADE, São Paulo.
- OFFE, Claus (1998). "The present historical transition and some basic design options for societal institutions", *Institute of Social Sciences*, Humboldt University, Berlin.
- RAICHELI, Raquel (1998). "Assistência social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. Serviço Social e Sociedade". *Assistência Social / Sociedade Civil*. São Paulo.
- RUIZ PEREZ (1997). *Municipio y Género*, projeto de teses apresentado na Universidade de San Simón, Cochabamba.
- SERPA, Angelo (1999) *Gazeta da Bahia*, Salvador, 22/01.
- SILVA, Salette (1994). "Descentralização e Cidadania: desafio do poder local", *RSP*, São Paulo.
- SOUZA, Celina (1996) "Reinventando o Poder local", em *O Novo município*, São Paulo.
- SCHUMACHER, Maria, VARGAS, Elisabeth (1993) Lugar no governo: álbi ou conquista?, *Estudos Feministas, ano 1*, Rio de Janeiro.
- TORO, José Bernardo (1997). "O papel do Terceiro Setor em Sociedade de Baixa participação (Quatro Teses para discussão)", em *Terceiro Setor. Desenvolvimento Social Sustentado*, GIFE-Paz e Terra, São Paulo.
- VARGAS, Virginia (1989). *El Aporte de la Rebelión de las Mujeres*, Ediciones Flora Tristán, Lima.

1. 8/10/98. Antônio Britto, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMASS)
2. 13/10/98. Tânia Viveiros. Ex-presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)
3. 13/10/98. Irani, membro do CMASS, representante da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento (SETRADES).
4. 13/10/98. Elza Souza Melo, membro do Conselho de Educação, representante do sindicato.
5. 21/10/98. Normando Batista, ex-vicepresidente do CMDCA, presidente da ong CECUP
6. 21/10/98. Agenor Gordilho, presidente do CMDCA, secretário da SETRADES
7. 23/10/98. Lindalva dos Reis Amorim, membro do C. de Educação e do CMDCA, dirigente das Escolas Comunitárias.
8. 27/10/98. Ana Tedesco, membro do C. de Saúde, C. da Mulher e CMDCA, e Secretaria de Educação.
9. 29/10/98. Isabel Cristina Santos, membro do Comitê de Emprego e Renda, representante da
10. 4/10/98. Acacio Araujo, membro do Comitê de Emprego e Renda, dirigente da CUT.
11. 11/11/98. Eduardo Motta, ex-presidente do Conselho de Saúde, representante do
12. 12/11/98. Augusto César Costa e Silva, vice-presidente do C.M. de Saúde, dirigente da CUT
13. 2/12/98. Presidente do C.M. de Educação, secretaria de Educação
14. 4/2/99 Bernadeth Gonçalves da Cunha, presidente do C.M. da Mulher.

- pesquisadora visitante vinculada ao NEPOL (Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais)- Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. rocio@ufba.br.
- Este trabalho contou com o apoio do CNPq (Centro Nacional de Pesquisa no Brasil) e com a colaboração de Juvenilda Carvalho, Vitarque Lucas Coelho e Vinícius Rego.